

CADERNOS
PROARQ 40

LUIS CANDIDO GOMES DE CAMPOS

O Fenômeno Arquitetura

The Architecture Phenomenon

El fenómeno de la Arquitectura

Luis Candido Gomes de Campos

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UFF (PPGAU-UFF). Mestre em Urbanismo pela UFRJ (PROURB-UFRJ). Especialista em Restauração pela UFBA (CECRE-UFBA). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFF. Desde 2004 é professor de expressão gráfica, projeto, conservação e restauro de patrimônio da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RIO). Tem experiência profissional na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Restauração de Patrimônio Histórico e Artístico, tendo no acervo diversos projetos e obras executados, como projeto e obra de restauração da Igreja de Nossa Senhora da Saúde – Gamboa, Rio de Janeiro. Autor do livro: Fenomenologia do Patrimônio Ambiental: fundamentos para uma arquitetura do lugar - UFF-PPGAU-CAPES-EDUFF 2021. 235p.

PhD in Architecture and Urbanism from UFF (PPGAU-UFF). Master in Urbanism from UFRJ (PROURB-UFRJ). Specialist in Restoration by UFBA (CECRE-UFBA). Graduated in Architecture and Urbanism from UFF. Since 2004 he is a professor of graphic expression, design, conservation and restoration of heritage at the Pontifical Catholic University (PUC-RIO). He has professional experience in the area of Architecture and Urbanism, with an emphasis on Restoration of Historic and Artistic Heritage, having in his collection several projects and works carried out, such as the project and restoration work of the Church of Nossa Senhora da Saúde – Gamboa, Rio de Janeiro. Author of the book: Phenomenology of Environmental Heritage: fundamentals for an architecture of the place - UFF-PPGAU-CAPES-EDUFF 2021. 235p.

Doctorado en Arquitectura y Urbanismo por la UFF (PPGAU-UFF). Máster en Urbanismo por la UFRJ (PROURB-UFRJ). Especialista en Restauración por la UFBA (CECRE-UFBA). Graduado en Arquitectura y Urbanismo por la UFF. Desde 2004 es profesor de expresión gráfica, diseño, conservación y restauración del patrimonio en la Pontificia Universidad Católica (PUC-RIO). Tiene experiencia profesional en el área de Arquitectura y Urbanismo, con énfasis en Restauración del Patrimonio Histórico y Artístico, teniendo en su acervo varios proyectos y obras realizadas, como el proyecto y obra de restauración de la Iglesia de Nossa Senhora da Saúde – Gamboa, Río de Janeiro. Autor del libro: Fenomenología del Patrimonio Ambiental: fundamentos para una arquitectura del lugar - UFF-PPGAU-CAPES-EDUFF 2021. 235p.

candidogcampos@gmail.com

Resumo

O que é afinal 'o Lugar'? A palavra 'Lugar', usual no comércio da vida em geral e no campo da arquitetura em particular, é, ao que parece, monossêmica. Entretanto, apesar da aparente clareza da ideia, o 'Lugar' está entre aqueles conceitos que precisam ser revisitados justamente devido ao uso superabundante, quando então o palavrório pode soterrar o significado originário sob a própria dinâmica da linguagem, que muda com o tempo e, muitas vezes, termina por velar ao invés de revelar. Assim, parece-nos que, ao menos no contexto da Arquitetura seria útil, ou necessário, buscar um sentido claro para o 'Conceito de Lugar', se não absolutamente preciso, ao menos rigoroso enquanto fenômeno concreto, posto que o Lugar será sempre, de alguma maneira, afetado pela ação do arquiteto já que, em certo sentido, impera sobre fenômenos correlatos, tais como o espaço, forma e matéria, entre outros. Assim o Lugar, esse ente que nos é tão caro, precisa ser desvelado. Negligenciar a prevalência do Lugar pode tornar arbitrária, inócua, ou mesmo perniciosa a ação do arquiteto sobre o espaço da vida. Entretanto essa busca esbarra no dilema de estarmos, quase sempre, perdidos entre a 'objetividade' ou, por outro lado, no solipsismo do 'mundo das ideias'. Portanto, uma busca essencial para encontrar o Lugar como o núcleo originário do 'Fenômeno Arquitetura' dá-se, a princípio, em remover as intercorrências das abordagens, ora objetivas, ora subjetivas, que caracterizam o campo multidisciplinar da Arquitetura e Urbanismo. Propomos, neste artigo, tentar traçar um caminho ontológico que parte de uma compreensão da temporalidade passando pelo espaço, forma, matéria, entre outros conceitos fundantes que envolvem o Lugar. Ao final pretendemos voltar à origem, ao núcleo estanciado do Lugar. Propõe-se que o sentido dessa busca esteja na busca do sentido.

Palavras-chave: Arquitetura. Espacialidade. lugar.

Abstract

What is 'the Place' anyway? The word 'Place', usual in the trade of life in general and in the field of architecture in particular, is, it seems, monosemous. However, despite the apparent clarity of the idea, the 'Place' is among those concepts that need to be revisited precisely due to the superabundant use, when then the wording can bury the original meaning under the very dynamics of language, which changes with time and often ends up veiling rather than revealing. Thus, it seems to us that, at least in the context of Architecture, it would be useful, or necessary, to seek a clear meaning for the 'Concept of Place', if not absolutely precise, at least rigorous as a concrete phenomenon, since the Place will always be, somehow, affected by the architect's action since, in a certain sense, it prevails over related phenomena, such as space, form and matter, among others. So the Place, that entity that is so dear to us, needs to be unveiled. Neglecting the prevalence of the Place can make the architect's action on the space of life arbitrary, innocuous, or even harmful. However, this search comes up against the dilemma of being, almost always, lost between 'objectivity' or, on the other hand, in the solipsism of the 'world of ideas'. Therefore, an essential quest to find the Place as the original nucleus of the 'Architecture Phenomenon' takes place, in principle, in removing the interferences of the approaches, sometimes objective, sometimes subjective, that characterize the multidisciplinary field of Architecture and Urbanism. We propose, in this article, to try to trace an ontological path that starts from an understanding of temporality passing through space, form, matter, among other fundamental concepts that involve the Place. In the end, we intend to return to the origin, to the estancia core of the Place. It is proposed that the meaning of this search lies in the search for meaning.

Keywords: Architecture. Spatiality. Place.

Resumen

¿Qué es 'el lugar' de todos modos? La palabra 'Lugar', habitual en el oficio de la vida en general y en el campo de la arquitectura en particular, es, al parecer, monosémica. Sin embargo, a pesar de la aparente claridad de la idea, el 'Lugar' está entre esos conceptos que necesitan ser revisitados precisamente por el uso sobreabundante, cuando entonces el enunciado puede sepultar el significado original bajo la propia dinámica del lenguaje, que cambia con tiempo y muchas veces termina velando en lugar de revelar. Así, nos parece que, al menos en el contexto de la Arquitectura, sería útil, o necesario, buscar un significado claro para el 'Concepto de Lugar', si no absolutamente preciso, al menos riguroso como fenómeno concreto, ya que el Lugar siempre será, de alguna manera, afectado por la acción del arquitecto ya que, en cierto sentido, prevalece sobre fenómenos afines, como el espacio, la forma y la materia, entre otros. Entonces el Lugar, esa entidad que nos es tan querida, necesita ser desvelada. Descuidar la prevalencia del Lugar puede hacer que la acción del arquitecto sobre el espacio de vida sea arbitraria, inocua o incluso dañina. Sin embargo, esta búsqueda tropieza con el dilema de perderse, casi siempre, entre la 'objetividad' o, por el contrario, en el solipsismo del 'mundo de las ideas'. Por tanto, una búsqueda esencial para encontrar el Lugar como núcleo originario del 'Fenómeno de la Arquitectura' pasa, en principio, por remover las interurrencias de los enfoques, a veces objetivos, a veces subjetivos, que caracterizan el campo multidisciplinar de la Arquitectura y el Urbanismo. Proponemos, en este artículo, tratar de trazar un camino ontológico que parte de una comprensión de la temporalidad pasando por el espacio, la forma, la materia, entre otros conceptos fundamentales que involucran el Lugar. Al final, pretendemos volver al origen, al núcleo estancial del Lugar. Se propone que el sentido de esta búsqueda radica en la búsqueda de sentido.

Palabras clave: Arquitectura. espacialidad. lugar.

Introdução

Heidegger nos ensina que em nossa compreensão das coisas e das ideias giramos, quase sempre, em torno do 'objetivo versus subjetivo'. Entretanto esse modo de lidar com os entes distorce a verdade. Ainda se discute, por exemplo, sobre a arquitetura ser 'técnica ou arte', e dizer que é as duas coisas pode mesmo ser correto. Contudo o correto não é ainda o verdadeiro, porque a verdade não está no discurso da lógica predicativa, que mais vela que mostra. A verdade, diz o filósofo, está na busca do sentido de ser.

O presente artigo volta-se ao sentido da arquitetura percorrendo o caminho que inicia na noção de tempo proposta por Heidegger em 'Ser e Tempo' (2001), passando pelos conceitos fundantes de espaço, forma, matéria; chegando, em seguida, por meio de uma interpretação fenomenológica, a alguns aspectos da espacialidade, para terminar na origem, no núcleo estanciado do lugar, onde o círculo hermenêutico se fecha e tudo recomeça.

Conceitos iniciais

O tempo e o ser

A concepção de tempo já está bastante discutida pelas ciências e pela filosofia, quase à exaustão, embora não haja sequer um consenso sobre se de fato ele existe.

No atual estado da arte considera-se três concepções fundamentais de tempo: a primeira como 'ordem mensurável do movimento', a segunda como 'movimento intuído', ambas centradas no presente. A terceira e última, que aqui nos interessa, foi proposta por Heidegger em 'Ser e Tempo' (2001). Esta, chamada '**temporalidade ecstática**', subverte o horizonte modal da tradição das duas primeiras e substitui a ordem causal do 'presente que flui' por uma 'estrutura de possibilidades', voltada para o futuro. Para Heidegger (2001) quando o tempo é autêntico, originário e próprio da existência, ele é...

(...) o porvir do ente para si mesmo na manutenção da possibilidade característica como tal. Porvir não significa um agora, que, ainda não tendo se tornado atual, algum dia o será, mas sim a futuração em que o ser-aí (Dasein) chega a si mesmo com base no seu poder ser mais próprio. (ABBAGNANO, p. 1117, 2007).

Assim (pela primeira vez na história da filosofia) nossa condição existencial é compreendida como 'projeto nas possibilidades'. Esse constante projetar-se, faz convergir também o passado como origem do possível já vivido e que volta, novamente, a ser revivido como possibilidade. Aqui, o passado é lançado para o porvir, não mais o 'presente do passado', como na brilhante visão de Santo agostinho. O presente é a 'abertura', e o futuro 'o aberto' onde se projeta o ser-no-mundo 'que sou sempre eu'. Assim, a temporalidade ecstática se presentifica como "futuração". Nesse contexto, a Arquitetura, o Espaço e o lugar têm, como tudo mais, a temporalidade 'constituída' no interior do mundo, como história vivida, não apenas como testemunho material do relato historiográfico ou da história dos gostos e dos estilos, ou seja, para além da tradição já desgastada do 'histórico e artístico'.

A forma, objetiva ou subjetiva

Pode parecer fundamental, para a compreensão da forma, que se inicie nosso discurso 'cartesianamente', pela análise objetiva dos mecanismos corporais, os 'órgãos dos

sentidos', o olho, as organelas do tato na epiderme, o nariz e os ouvidos. Esta é, geralmente, a porta de entrada para o conhecimento da percepção e a arapuca da objetividade.

Não partiremos também da subjetividade, do 'pseudo-elementar', da pretensa 'forma simples com seu contorno e densidade interna, em contraste com a difusão do fundo etc.' simplesmente porque consideramos que, primeiramente, não há nenhuma forma simples. O triângulo, o quadrado ou o círculo, se comparados, podem ser mais vermelhos, maiores ou menores, mais lisos ou mais rugosos; cada qual tem sua própria complexidade, aliás variável conforme a circunstância; contudo, em essência, pertencem a universos diferentes, em termos absolutos são sempre incomparáveis um ao outro. Portanto está fora do nosso interesse essa forma da experiência 'in vitro'.

O fenômeno da forma

Buscando outra entrada, pela via do fenômeno, não parece difícil examinar nossa própria experiência visual do mundo, que funde a visão dos dois olhos em uma única, conformando um campo elipsoide, talvez levemente horizontal, mais intuído que propriamente definível, com as bordas imprecisas, difusas, desaguando gradativamente para um perímetro semi-visual e, em seguida, para o não visível, porém ainda, indiretamente perceptível. Esse campo recebe feixes de luz e sombra, mas também, simultaneamente, projeta para fora aquilo que Husserl chamaria de intencionalidade. Aqui não há somente um 'campo visual', mas sim um campo perceptivo mais complexo, que vibra entre aquilo que foi e o que poderá ser.

Mas antes ainda, talvez um tanto por dentro e no primeiríssimo plano está a 'útil e necessária' proteção do sombrolho, para reduzir o ofuscamento e emoldurar o foco; nas laterais, as 'antenas parabólicas' auditivas das orelhas (obviamente não vistas, mas fortemente sentidas) expandem uma espacialidade que se estende ao redor (mas principalmente para os lados e para trás) e que se retrai num tipo de invasão espacial para o interior da cabeça, (ao mesmo tempo por trás e por dentro). Ali, por dentro desse 'sistema integrado', os ouvidos, com seus 'cordões de marionetes', puxam o olhar para confirmar ou negar, mas principalmente duvidar do que se vê. Também, simultaneamente, o nariz, desloca para baixo, os fluxos da intenção perceptiva na ancestralidade do faro. Nosso "aparelho farejador" foi, no passado remoto dos nossos ancestrais, um órgão fundamental para a sobrevivência, mas com o tempo, aos poucos, foi perdendo sua função vital e, ainda que preserve vestígios de sua função defensiva e prospectiva, como tudo que fica obsoleto, voltou-se principalmente para os prazeres e, também, como eficiente sistema de teletransporte da memória.

Todo esse complexo unificado projeta-nos na teia de coisas e pessoas, no mundo, onde a forma desfila sua multiplicidade de caleidoscópio.

A corporeidade

Nota-se que numa simples auto-observação, verificamos claramente que, no todo, ou seja, na associação do aparato olhos-ouvido-nariz (sem adentrar em outros desdobramentos, talvez inúmeros e variáveis) estamos falando de algo único, fundamentalmente inclusivo e interdependente, como numa contrapartida organofenômica da Gestalt. O predomínio da visão se dá apenas até que nos lembremos do que significa uma noite na mata fechada sem luar. Além disso, provavelmente em nossa condição silvícola original, a importância do ouvido-nariz seria, certamente, bem maior.

Mas ainda não termina aqui. Essa necessária complexidade, que, na verdade, se

transforma em simplicidade porque se funde pela inclusão (e não analiticamente numa cadeia lógica), vai ainda mais longe, inclui o movimento, as rotações, translações e toda a complexa biomecânica do mover-nos em sincronia com todos os aspectos descritíveis ou não da presença, de estar no mundo. O caminhar sobre, ao longo de, entre, através, dentro ou fora e em torno, sempre na expectativa do porvir e na retenção do que se apresenta (isso ainda sem contar os túneis secretos da memória e do esquecimento onde, às vezes, em meio ao caminho, somos lançados). No mover-nos ou no demorar, mergulhamos constantemente despejados no porvir.

A manualidade

Entretanto, surge ainda em nossa busca pela gênese da Forma, aquilo que por ser o mais obvio esconde os maiores mistérios, pois, lidar com as coisas na manualidade já é em si transcender.

A descoberta das coisas por meio do manuseio abre mundos e interliga esses mundos intersubjetivamente através dos referencias. Assim, em nosso mover-ver-ouvir-farejar (antes de cheirar) como um único e inseparável evento, ao mesmo tempo irrelevante e, por isso mesmo, profundamente insondável, as mãos, essas partes-todo, guardam a marca da nossa personalidade e mais que participam, coordenam, esse feixe absolutamente unitário e integrado, determinando o sentido de proximidade pela possibilidade do tátil, pelo domínio do pegar, o que, por conseguinte, baliza o sentido primordial de distância.

A materialidade

Ruskin (1992), nas Pedras de Veneza, refere-se à igreja de São Marcos como 'arquitetura incrustada'. Interessante notar como as boas ideias são, com justeza, chamadas 'seminais'. Uma única palavra, uma semente, guarda o todo em sua singularidade, esperando uma oportunidade... tomemos então esta oportunidade proporcionada por Ruskin para falar da materialidade.

O incrustado é a materialidade por excelência, apenas outro conceito, de certa maneira oposto, pode se comparar como revelação da qualidade material que é o desgaste. Contudo, no reino da materialidade a incrustação impera: é como se dá, por exemplo, a formação dos planetas e, em seguida, a própria lava que emerge e se acumula em camadas formando as rochas vulcânicas; também no acúmulo deposicional das rochas sedimentares, nos arenitos ou os calcários, decantados gota a gota. Tudo são variações da incrustação. O crescimento por acumulação superficial é a regra geral no reino mineral e, ao mesmo tempo uma contradição, uma teimosia da matéria que insiste em contrariar a lógica do desgaste contra o qual se debate.

Com relação à materialidade descrita por Ruskin podemos referir à nossa própria experiência. Visitar pela primeira vez a igreja de São Marcos de Veneza é, com certeza, uma experiência estranha para quem pode ser verdadeiramente tocado por um acontecimento arquitetônico singular como esse. Sua imagem de coisas agregadas, miríades de pedras variadas, colunas de diferentes tamanhos formas e cores, os cavalos da fachada (também lá incrustados), suas formas e irregularidades está muito além de qualquer questão de gosto. É uma espantosa aparição que transcende inclusive a temporalidade histórica. Este estranho 'cluster' monumental nos lança em uma temporalidade muito além do tempo da historiografia. A acumulação de coisas levada às filigranas dos mosaicos internos, no piso ondulante...

Tudo isso nos transporta sabe-se lá para que dimensões temporais que se desdobram em profundidades abissais. Parece que o acúmulo de coisas sobre coisas se deu ao

longo, não dos séculos, mas das eras. Essa experiência áspera, brilhante e obscura, ondulante e 'multi-encrustada' leva-nos a intuir uma condição de temporalidade expandida, quase indescritível, como se um grande esqueleto primordial, anterior a tudo, tivesse encajado na laguna e depois, por gerações incontáveis, recebido o acúmulo de coisas sobre coisas.

Ontologia da espacialidade

Como será espaçado o espaço senão no passo?

Ontogênese do caminhar (uma proposta)

Iniciemos nosso raciocínio pensando em nós mesmos quando bebês. É fácil notar aquilo que qualificaríamos como 'ambidestria plena residual', ou seja, uma clara equivalência funcional muito pouco diferenciada entre pés e mãos, com uma gradativa primazia das mãos que, em termos da especialização evolutiva apresentam o polegar oposto, o qual, na evolução motora do bebê levará a uma rápida vantagem para as mãos que logo poderão, com maior autonomia, levá-lo a embarcar em seu projeto de lidar com o mundo manualmente. Note-se (e isso é bastante sintomático, como se verá a seguir) que a manualidade nos bebês se efetivará bem antes que os pés (e toda estrutura das pernas, etc.) possam iniciar a cumprir sua função de caminhar no que se poderia chamar do prosseguimento de uma 'embriologia externa'.

Pois bem, sem querer entrar mais a fundo em questões de anatomia comparada (o que seria irresistível se não fosse extemporâneo) chegamos aqui pelo caminho do livre pensar, se assim nos permitirmos, a encontrar, de maneira incontestável, um atavismo evolutivo do tempo em que éramos arborícolas. Naquele tempo era menor a diferenciação e tanto mãos como pés serviam para segurar em conjunto. Os pés, mais longe da cabeça, serviam a manualidades, digamos, subsidiárias, que ainda se verificam nos primatas arborícolas e em nossos bebês quando tentam usar os pés como mãos auxiliares.

O Engano da tese da "liberação das mãos"

Até aqui nenhuma novidade. Contudo, talvez possamos pensar os caminhos da evolução dentro da historiologia das possibilidades e fora da ilusória perspectiva antropocêntrica que sempre vela a verdade sobre as coisas da natureza e da vida. Em geral pensamos nas mãos como tendo sido 'libertadas' para os fazeres manuais, o que nos caracteriza como humanos, etc. (como em algum texto do Engels), mas se pensarmos ao contrário? Se imaginarmos que na verdade os pés é que se tenham libertado da manualidade para o seu 'manuseio'... Ou diríamos (com as desculpas que a licenciosidade dum neologismo tão esdrúxulo demanda), o 'podoseio' do chão. Pensando ao contrário, chegamos à interessante conclusão de que antes, pés e mãos eram na verdade apenas mãos, pouco diferenciadas. Com o tempo os pés, gradativamente, foram alinhando o polegar e ganhando robustez, para suportar carga e impacto, quando deixamos as árvores e nos vimos às voltas com a nova demanda da savana.

Contudo nós, devido ao vício antropocentrismo, sempre preferimos contar a história das coisas elevadas, nunca das rasteiras. Todavia às vezes o inferior é superior e o pé, em sua nova especialização de 'apenas' andar, não mais manusear, apresenta a condição de pisar como um advento, a conquista de novos tempos e novos espaços.

“Podoseio e chãosidade”

Refunda-se a partir daí o nosso ser-no-mundo, subvertendo nossa relação com o fundamento tão básico quanto a gravidade, tirando-nos da árvore para nos ligar ao chão. Se realmente ocorreu assim, quando descemos para o campo aberto da savana estabeleceu-se uma nova condição onde a primitiva manualidade ‘ambidestra plena’ do arborícola tornou-se aos poucos apenas residual em nossos rebentos.

A partir daí, libertos das árvores, concedeu-se aos pés, robustecidos e empoderados, essa novidade, esse avanço evolutivo. Pudemos desde então ‘manusear com os pés’ ou, como já dito acima, ‘podosear’ nosso novo domínio, o chão. Consequentemente, fundamos uma nova espacialidade, diferente da arboricidade original, a partir do (até então inédito¹) ‘chão pisado’. Fundou-se uma ‘chãosidade’ oposta à antiga arboricidade.

“Direção e distância”

Note-se, e isso é importante, que apesar dessa ‘revolução do chão’, a espacialidade em termos de direção e distanciamento que Heidegger (2018), com muita perspicácia, identifica permaneceu incólume, como uma herança ancestral profundamente enraizada em nosso ser, um atavismo dos tempos arborícolas quando precisávamos medir ‘direções e distâncias na circunvisão’ para saltar de galho em galho. Penso assim, talvez um tanto pretensiosamente, ter descoberto na trama das possibilidades evolutivas, a clareira onde se esconderia uma origem perdida da nossa espacialidade original.

Alternância modal da espacialidade

Seria, interessante notar que esta pretensa ‘espacialidade originária do pisar’, a ‘chãosidade’ aqui proposta, possivelmente não elimina ou sequer modifica, de maneira nenhuma, a espacialidade dada por meio da ‘direção e distanciamento’ a qual permanece em plena vigência, conforme indica o filósofo, enquanto espacialidade essencial e, acrescentaria eu, ‘ancestral’, como a mim me parece.

Contudo, penso que a partir do surgimento da ‘chãosidade’ como novo advento na nossa *lida-engajada-com-o-mundo* apresenta-se uma hipótese bastante plausível de que ambas as espacialidades passam a conviver alternando-se em nossa apropriação do mundo. Assim, a espacialidade a partir do ‘chão’, chão aqui considerado por definição como o ‘*solo-pisado*’, cujo ser é o próprio pisar, revela o chão enquanto o ‘*utensílio dos pés*’, pois ‘o solo se chama chão apenas quando se pisa’ e este ente, o *chão*, é um homólogo do *utensílio*.

Convém lembrar, para corroborar esta tese, que a caminhabilidade do piso é uma condição artificial, não é um dado da natureza, é antes uma exceção, tendo uma clara característica utensiliar, ou seja, é produzida artificialmente enquanto artefato, pois na natureza natural o piso é acidentado e, via de regra, obstaculizado, o que, enfim, pouco importava em nossa condição arborícola para quem o pisar era uma estranha e perigosa eventualidade no solo onde habitavam inimigos mais aptos. Contudo a chãosidade levou à constituição do engajamento com o pisável. Significaria dizer, a título de exemplo, que um caminho humano essencial em sua condição mais originária, como uma trilha na mata, é constituído artificialmente a partir do caminhar e apresenta-se como um artefato produzido pelo próprio pisar que, no ‘podoseio’, escava um sulco identificável visualmente e utilizável pelos sucessivos

1 Antes disso não havia o chão, que se instaura como fenômeno a partir do pisar essencial.

caminhantes que por sua vez reafirmam e consolidam a trilha pelo próprio *caminhar-com* em meio aos obstáculos naturais². Também a grande rede de estradas romanas seria um imenso utensílio e, finalmente, todos os desdobramentos da pavimentação.

Assim, os dois modos mais originários de lidar com a espacialidade, por um lado aquele partir da 'direção e distanciamento' e, por outro, o do 'pisar-o-chão' seriam excludentes, mas, ao mesmo tempo, associados, alternativos na lida-engajada-do-mundo. Ambos originários por antecederem à percepção visual simplesmente dada, pois a pura percepção visual se apaga, ou ao menos se atenua, perante a direção e distância e ante o próprio pisar-na-chãosidade.

A não ser que as coisas deem errado de algum modo, o utensílio permanece 'discreto'. quando estou completamente absorto na lida e faço uso de algum utensílio em sua atividade, não me acho dirigido para o utensílio enquanto tal, a ferramenta por exemplo. E tampouco estou dirigido para a obra mesma. (Gorner, 2017, p. 53)

'Circunvisão e chãosidade'

Enfim, propomos acrescentar à espacialidade que é dada a partir do utensílio na manualidade e na espacialidade da circunvisão, cuja ôntica é tátil e visual, uma outra espacialidade proposta a partir do 'utensílio chão', também na circunvisão, em sua condição igualmente originária, na ocupação do 'pisar-engajado', esta corpórea e tátil e, secundariamente, visual em sua ôntica, constituindo-se, assim, em não apenas um, mas em dois modos originários que se alternam na espacialidade do ser-no-mundo.

Portanto, nós, os bípedes implumes, em nossa 'podosidade do chão', ou seja, em nossa 'chãosidade', temos como um dos modos mais originários de lidar com o espaço 'o pisar'. No movimento do caminhar no tempo dá-se o que podemos chamar então de 'modo temporal'. Mas também, ao mesmo tempo, associado a esta chãosidade-móvel-temporal aqui proposta, temos também o modo, tanto ou mais originário por ser mais ancestral que é o da 'distância e do direcionamento na circunvisão', ou seja, o 'modo espacial'. Isto posto, parece que podemos inferir que, provavelmente, o engajamento em cada um desses modos implica em uma atenuação momentânea do outro.

Propomos, portanto, a hipótese de que em nossa espacialidade se apresente uma alternância binária, ora temporal (do caminhar), ora espacial (distancio-direcional) possibilitando um modo da percepção do espaço uno, porém constituído a partir da alternância desses dois modos originários que se sucedem no tempo quase imperceptivelmente, sem solução de continuidade. É possível que esta alternância ocorra, entre outros motivos, devido à conhecida dificuldade, senão impossibilidade, que o cérebro tem de processar simultaneamente, na consciência, diferentes insights.

Contudo, afastando a questão fisiológico-psicológica, podemos seguir tentando descrever 'como é possível' que ocorra essa pretensa alternância que propomos no que tange ao fenômeno vivido. Husserl, falando sobre aquilo que se dá quando ouvimos uma música, descreve os mecanismos de 'retenção' (que podemos definir como uma espécie de memória residual imediata) e 'protensão' (ou aquilo que se projeta para frente por meio da intencionalidade), para Husserl, enquanto flui a melodia presentificada, o que se ouve agora projeta-se para 'trás', no modo de retenção, algo comparável à cauda de um cometa que rompe o véu do presente e se dissolve no passado imediato; ao mesmo tempo, sem solução de continuidade, o mesmo fluir, sempre presentificado, segue projetando para 'frente' a protensão intencional. Assim constituímos o fenômeno da música em sua unidade. A alternância dos modos

² O que também ocorre com animais de grande porte como os elefantes.

espacial/temporal aqui considerada deve se dar de modo semelhante, em 'fluxos modais' que deslizam ao longo de si.

O modo temporal – “o caminhar-na-chãosidade”

Se examinarmos nossa própria memória visual parece coerente o fato de que quando lidamos com um espaço percebido, no dito modo temporal, ou melhor, andando ao longo de um percurso, apresenta-se mais ou menos o seguinte: se temos em foco um objetivo em frente no caminho, este se aproxima e, aos poucos, aumenta suas dimensões e nitidez com a proximidade; enquanto isso, lateralmente, no campo visual periférico, deslizam para trás, móveis e fluidos, os diversos planos superpostos em profundidade; quanto mais fundo mais lentamente se move e, ao muito longe, a lua, por exemplo, parece parada; do longe para o perto, gradativamente cada plano mais próximo 'desliza para trás' mais rapidamente com relação aos do fundo. Assim, enquanto meu corpo desloca-se para frente faz o espaço todo, em contrapartida, 'andar' para trás em múltiplos 'deslisares' conforme as diversas profundidades, lembremos por exemplo da experiência que se dá, ao rodar por uma estrada e que pode ser enfatizada no movimento mais rápido do carro ou do trem, mas lembremos também do que se dá ao percorrermos o interior de uma grande catedral gótica onde as sombras e os relevos se superpõem em fluxos espaciais escalonados.

No desdobramento do andar para frente (este velho costume ancestral e por isso mesmo negligenciado) penetramos a massa de ar sobre a terra que envolve a paisagem, os lugares e os espaços da cidade onde as coisas todas (sempre mutantes em sua apropriação pelo 'modo caminhar') habitam em torno dos lugares que podem ser conhecidos, apenas familiares ou simplesmente desconhecidos e, portanto, experimentados entre a surpresa, a intimidade e a indiferença.

A organização do espaço arquitetônico na urbe, seja geometrizado e alinhado ou então serpenteante, são sempre originados pelos próprios caminhos que constituem, configuram e reafirmam os contextos arquitetônicos. Na apreensão visual do caminhar a arquitetura da cidade apresenta-se em padrões de totalidades e unidades, ou mesmo na relativa descontinuidade fragmentária que caracteriza, em grande parte, as megalópolis contemporâneas. Gordon Cullen e Kevin Lynch já demonstraram como o andar configura sempre características visuais que podem permitir leituras sequenciais da identidade. A aparente obviedade de falar do andar para frente esconde também a condição de, enquanto ser-no-mundo estarmos sempre projetados, como numa queda para frente, projetados para o futuro.

Mas essa condição fundamental é velada pela cotidianidade e apenas se faz notar quando se rompe o andar-engajado e nos vemos para atravessar os rubicões da vida ou, mais corriqueiramente, no contraste da condição contrária de andar para trás, na estranheza que nos causa, em nossa secreta perspicácia da infância, estarmos eventualmente voltados para trás desde a traseira de um veículo, vendo o espaço deslizar ao contrário.

Mas tudo isso que se refere à imagética do movimento, constitui a ótica da pura visualidade. O caleidoscópio do mover-se revela a espacialidade própria desse caminhar de modo deficiente, ou seja, vela nossa 'chãosidade'. A verdadeira essência do caminhar não enxerga nada, apenas tateia no pisar.

Estamos entre os animais superiores que mais caminham. Quantos caminhares dos nossos antepassados nos puseram em todos os cantos do planeta? Os pés conhecem de cor e esquadrinham na intimidade do pisar o espaço do lar, mas também a rua a praça e o bairro na lida engajada do cotidiano. Em sua condição mais originária esconde-se, no estreito contato entre o pé e o chão, na vereda secreta do nosso destino,

entre os abismos da atração gravitacional, o nosso comprimir-nos contra a epiderme do piso. No sulco da trilha, no gramado do primeiro caminhar do bebê que inicia sua jornada, nos pés descalços da infância que tateiam e experimentam as pedrinhas pontudas do chão que vão prenunciar os obstáculos maiores que virão.

Caminhamos sobre o piso de chão batido da tapera e da vila, que cedem, compactados por gerações. No pisar do areão da aldeia se esconde a arqueologia dos passos dos antepassados; está a força da natureza da última enxurrada. No chão da estrada está a marca invisível dos que se foram e a possibilidade dos que virão.

Medimos no caminhar a própria vida que vai a cada passo em direção ao espaço final onde cessa todo caminhar. O caminho nos marca e nós marcamos o caminho. Caminhar é aquilo que somos, somos-no-caminho, seja em busca da terra prometida, no vagar a esmo da derrota mais atroz ou no seguir sozinho na perda da pessoa amada que se foi.

Caminhar é nossa sina desde sempre, para vir, para ir e para voltar ou não, no caminhar de fé dos peregrinos ou no pé-ante-pé para o patíbulo. Tudo o que é humano está no caminhar.

O modo espacial – direção e distanciamento

Por outro lado, quando estamos parados, liberados da dinâmica e da fluidez do movimentar-nos, podemos ‘medir’ o espaço, em suas relações de tridimensionalidade em melhores condições, pois a estrutura espacial pode ser esquadrihada a partir de referências fixas, menos fluidas e mutáveis, mais claramente inter-relacionadas.

Ao contrário do observador em movimento, o tempo mais longo do observador parado possibilita a impregnação de visadas escolhidas que podem ser repetidas seletivamente e impressas na memória a partir da busca de padrões formais mais claros e definidos para melhor fixação na memória.

Tal constatação não é incoerente com a nossa condição biológica, pois conforme tenhamos evoluído para a caçada em grupo essa diferença modal seria, ao que parece, bastante útil. Imaginemos uma situação do caçador furtivo na floresta: enquanto ele se desloca e sua visão se expande, digamos, mais conectada em totalidades numa sintonia entre visão, audição e os demais sentidos, paradoxalmente despejados no mundo e, ao mesmo tempo, ocultos sob a epiderme.

Em seu deslocamento na selva o caçador vira uma espécie de antena de varredura áudio-visual. Nesse modo a percepção do todo prevalece, os sentidos se unem para fazer uma varredura sem foco específico como faz um scanner laser. Quando o radar ‘visual-auditivo’ capta algo diferente do padrão total, a princípio indefinido, pode ser um remexer nas folhas ou algum padrão visual cromático levemente destoante do conjunto, desliga-se o modo temporal e liga-se, automaticamente, o modo espacial, mais adequado para estabelecer um padrão figura-fundo numa totalidade estática, quando então o caçador cessa o caminhar para fazer medições relacionadas a direções e distanciamentos.

No contexto espacial da distância-direção deixa-se, então, temporariamente, de lado a varredura da totalidade do campo visual móvel, para lançar mão do recurso que a visão binocular possibilita por meio da paralaxe visual, onde, ao invés da varredura, dá-se a triangulação. Ora, falar triangulação é dizer justamente direção e distância, que podem ser captadas em pleno fenômeno, por exemplo, quando, após andar entre as arcadas da mata fechada, no modo temporal, nosso autêntico indígena silvícola estaca de repente na floresta, entrando no modo espacial e acerta, com olho de lince, a flechada certa em um macaco no topo do arvoredor, a trinta metros de distância.

É tentador interpretar a percepção mais típica dos fatos cotidianos como a ‘transposição espontânea do temporal para o espacial’ (...) Pode-se afirmar que a transposição da modalidade temporal para a espacial ocorre, de fato, sobretudo quando interpretada como uma sucessão substituída pela simultaneidade. Isto não acontece apenas por questão de conveniência, mas por necessidade, quando a mente passa de uma atitude participante a uma atitude contemplativa. (ARNHEIM, 1989)

Arquitetura e lugar

A cabana original

Se nos é dado divagar num breve devaneio etimológico podemos inferir que a palavra arquitetura, derivada diretamente do grego, guarda uma diferença fundamental do termo, em certo sentido correlato – construção – que por sua vez vem do latim. Arquitetura refere-se ao agente+coisa; construção, por sua vez, diz apenas da coisa constituída pelo conjunto das suas partes. Ou seja, a partícula ‘arq’ é uma referência, ou quase uma reverência, pelo caráter superlativo, àquele que ‘tectoniza’ o arquiteto. Por outro lado, o ‘cons’, da construção, remete não ao agente, mas antes à coisa em si, na sua característica de estar constituída por partes agregadas. A partir da palavra original, ‘construção’, o construtor, o agente, é simplesmente derivado diretamente e inteiramente da coisa, não se apresenta no nome original. Ora, se há alguma utilidade nessa constatação, ou seja, se ao menos ela é razoável como uma abertura, poderá então, legitimamente, servir como um ponto de partida, para indicar o quanto o termo ‘arquitetura’ é mais originário que ‘construção’ por trazer, não apenas a coisa, mas o seu fazer, revelando o *como* da arquitetura em seu modo de ser e fazendo ver já de início, oculto na palavra, o arquiteto em ação na sua lida engajada e no seu autorreconhecimento daquele que, enquanto técnico, está acima, que vê de cima, que domina acima dos demais a tectônica, a técnica. O arquiteto, ou o carpinteiro chefe. Sendo ‘arqui’, estando acima, ilumina e orienta o fazer, como o cérebro está em cima das mãos no fazer as coisas. O tecton, da tectônica, também remete além, àquilo que diz mais que construção, em especial diz também teto, a cobertura, a parte superior da construção, onde sempre se apresenta o desafio maior da tecnologia, o ‘logos da técnica’, o desafio e a superação do limite dos materiais para vencer vãos, para cobrir, envolver os espaços e constituir o fundamento mais fundamental da proteção sobre. A cobertura paira sobre, na confiança e no prestígio do arquiteto, para vencer, com o milagre da técnica, a força essencial da gravidade, para constituir o pequeno universo humano que se impõe e ao mesmo tempo está submisso sob o universo dos deuses, entre o céu e a terra nesta interface que habitamos. Em oposição ao milagre da cobertura, o suporte parietal é mais primitivo, remonta ao trabalho duro de suportar o peso. A arquitetura é uma arte a construção um ofício, ofício afeito àquilo que se ergue do chão como uma extensão da própria terra. Assim, seguindo em nossa busca do originário da arquitetura, caímos novamente na velha cabana original, lugar comum dos antigos tratados de arquitetura.

Para um estudo fenomenológico dos valores da intimidade do espaço interior, a casa é, evidentemente, um ser privilegiado, sob a condição, bem entendido, de tomarmos, ao mesmo tempo, a sua unidade e a sua complexidade, tentando integrar todos os seus valores particulares num valor fundamental. A casa nos fornecerá simultaneamente imagens dispersas e um corpo de imagens. Num e noutro caso, provaremos que a imaginação aumenta os valores da realidade. Uma espécie de atração concentra as imagens em torno da casa. Através das lembranças de todas as casas em que encontramos abrigo, além de todas as casas em que já desejamos morar, podemos

isolar uma essência íntima e concreta que seja uma justificativa para o valor singular que atribuímos a todas as nossas imagens de intimidade protegida? Eis o problema central. (Bachelard, 1993, p. 199)

O lugar

É chegada a hora de tentar enfrentar o desafio do lugar. Dizemos desafio porque suscita muitas questões no caminho do pensar, com todas as dificuldades que a filosofia apresenta para nós, arquitetos, que de maneira geral, não estamos muito habituados a pensar, mas antes fazer.

Assim, perguntamos a pergunta que, em geral, é respondida com algum sentimentalismo vago e reticências: O que é este ente, o lugar? Onde ele se esconde e se mostra? Qual é o ser que lhe corresponde? E, por conseguinte, qual a sua verdade? Como podemos encontrar um acesso até ele? E, finalmente, talvez a pergunta mais importante, ao menos para nós arquitetos, o que fazer com ele caso ele se mostre?

Pode-se começar limpando o terreno e buscando, como ponto de partida, àquilo que o lugar não é. O lugar não é uma coisa, não se configura como espacialidade no sentido material e, portanto, não pertence à esfera da objetividade. Assim, descartamos de saída os métodos da ciência empírica em nossa busca. Jamais encontraremos o lugar através da empiria, seja em termos qualitativos ou quantitativos, e ainda que se faça um daqueles obstinados e criteriosos levantamentos dos diversos lugares reconhecidos, listados em tabelas e analisados em gráficos para que, em seguida, se aplique os algoritmos mais complexos analisados em grandes computadores veremos que o lugar estará além, fora do alcance. Christopher Alexander avançou por essa seara com seus 'patterns' buscando o sentido de lugar a partir de espaços típicos.

Tentemos, pois, tomar a questão por outro lado, a partir do lugar ele mesmo. Voltando, portanto, ao lugar em si, ainda que ele não seja uma coisa, apresenta-se, a lugaridade, por meio das coisas, através delas, insinua-se e emana do estar entre as coisas. Constatação que também afasta a pura subjetividade do lugar, como uma ideia ou o 'lugar ideal', posto que o seu emanar das coisas coloca-o previamente no mundo enquanto revelação a qual poderá eventualmente desdobrar-se como subjetividade a partir de alguma qualidade atribuída a um determinado contexto de coisas, ou seja, a partir de um reconhecimento, um 'valor imaterial' tal como é tratada a questão na esfera do patrimônio cultural.

Assim, embora o lugar não seja nem objetivo enquanto coisa, nem subjetivo enquanto ideia, se é que ele existe de fato, resta-nos entre a coisa e a ideia apenas duas possibilidades: primeiramente, ou o lugar não é coisa nem ideia e aí ele não existe, é uma quimera, um diletantismo, não é mesmo nada; ou então é a fusão da coisa com a ideia; em outras palavras, o fenômeno. Assim, em nossa busca (nada casual, deve-se admitir) chegamos à fenomenologia.

Então, aquilo que nos escapa acerca do conceito de *lugar* em nossa busca por entre o objeto e o sujeito, apresenta-se como possibilidade no fenômeno e se dá no sentido de *ser-no-mundo*, ou seja, enquanto modo de ser essencial. A abordagem para essa investigação do ser do *lugar* ocorre por meio do logos, a fala. Assim, para fazer ver aquilo que estancia, ou seja, o '*lugar*', apresenta-se não algum dado espacial ou alguma idealização da lógica, mas a palavra. Portanto, ao que parece, já avançamos um pouco mais em nossa busca. Encontramos o que o *lugar* não é (coisa ou ideia) o que ele é (fenômeno) e agora onde ele habita (o logos) e, também, por conseguinte, o modo de acesso (as palavras). façamos uma tentativa de acessar o *lugar* do *lugar* para então saber o que fazer com ele quando encontrado.

O logos, a Instância da estância

O logos se dá originariamente na fala, antes até que na escrita. A palavra falada é onde habitamos. Heidegger (1973) lembra-nos que pensamos dominar as palavras, mas, na verdade, elas é que nos dominam. Propomos seguir os passos do filósofo ao reino do logos. Iniciemos pela fonte, vamos aos gregos como ele talvez fizesse. Vamos a Esopo (620 – 570 A.C), um escravo contador de histórias que antecedeu até aos pré-socráticos. Assim, cremos poder buscar o conceito de lugar na fonte mais originária, amparados no ninho onde nasceu a filosofia e a ciência. As histórias atribuídas a Esopo prescindem à escrita, pertencem à oralidade. Oferecemos como porta de entrada para a clareira do lugar a conhecidíssima fábula da 'Galinha dos Ovos de Ouro'³.

Não será necessário, obviamente, contar a história por mais saborosa que ela sempre seja, pois ela nos habita e nós nela. Vamos, portanto direto ao que aqui interessa que é nossa busca pelo ser do lugar. Temos então um primeiro problema que está na tarefa de decidir se, em nosso discurso, o lugar é o ovo ou a galinha? É, pois, ambos em sua unidade.

O lugar é, primeiramente, e inusitadamente, as tripas da galinha, frágeis e perecíveis, a fonte misteriosa, desdobrada em profundidades insondáveis na simplicidade absoluta do ser até os limites do que não é. Nas tripas das aves os gregos antigos liam os desígnios do destino, a advertência dos antepassados, a sorte na batalha, os amores, a vida e a morte. O oráculo, onde a sacerdotisa interpreta as tripas, é o lugar por excelência, engendra o templo que se constrói em seu redor e funda os espaços e o próprio mundo irradiado desde si.

Por outro lado, na fábula, a simplicidade da galinha morta mostra o mistério do insondável através do qual nossa curiosidade infantil mergulha na incredulidade do milagre emergente do ovo de ouro, a promessa maior daquilo que, mais que símbolo, é a própria promessa materializada na forma alongada do ovo, cuja imagem elipsoide assimétrica é, em nosso imaginar, ao mesmo tempo, estática, inquieta e elementar, como uma escultura de Brancusi. Essa promessa encarnada essencialmente no ovo está associada à plenitude total do ouro que, mais que irradia, resplandece e que, paradoxalmente, nasce da simplicidade mais radical das tripas, esse abismo para onde nossa imaginação insiste em retornar e retornar... repetidas vezes, e onde nunca encontra nada.

Ao emergir da sombra absoluta daquilo que não é, a luz revelada inunda os espaços, irradia ao redor, ilumina as pessoas e projeta-se para o céu se anunciando aos deuses, que acenam para a luz, e aos mortais que afluem em peregrinação para sua fonte.

Propomos então que o Lugar em seu ser absoluto, em sua essência, seja, nada mais nada menos, que a 'Galinha dos Ovos de Ouro', o fundamento, o fogo, a relíquia e o pertencimento compartilhados em seu brilho e simplicidade. A essência daquilo que somos com o mundo e com os outros, entre 'o céu, a terra, os deuses e os mortais'. Aquilo que demanda disposição, compreensão e um especial cuidado na lida engajada do arquiteto.

Cumpre ainda notar de passagem que atiramos no lugar e acertamos na vitalidade. Ou seja, a verdade do logos nos diz também que o conceito de 'vitalidade', em sua condição verdadeira, passa longe do uso indiscriminado que geralmente nós arquitetos fazemos da palavra, pois é antes de tudo e justamente o brilho do lugar em sua manifestação mais originária⁴.

³ Pouco importa se a atribuição é confirmável ou não.

⁴ Aquilo outro que, em geral, se chama mais ou menos sem definir claramente de 'vitalidade' são derivações secundárias, idiossincrasias ou recurso retórico, vazio ou propagandístico.

Sobre o que fazer ao encontrar o lugar, a resposta é óbvia: basta fazer o que o protagonista da fábula não fez ou, no mínimo, não fazer o que ele fez; ou ainda melhor, talvez refrear o “bicho carpinteiro” que habita o arquiteto, dar um passo atrás, rodar nos calcanhares e nada fazer, deixando o lugar seguir em sua vigência.

Conclusão

Em tempos das eficiências da técnica, quando quase nenhum aluno de arquitetura lê nada além da legenda do ‘insta’; no florescimento da inteligência artificial e na consumada perfeição dos programas BIM; ou ainda, enfim, quando habitamos as nuvens de pontos do levantamento a ‘lazer’ e sequer visitamos o local do projeto, pode alguém levantar a seguinte questão: ‘por que cargas d’água vou eu discutir o lugar!?’

É que talvez estejamos nos perdendo! Perdemos-nos, por um lado, na ‘subjetividade’, ou seja, na pretensão de dominar aquilo que na verdade nos domina: a técnica; e, por outro, na objetividade, ou melhor, na objetificação da profissão do arquiteto, voltado à forma, meramente funcional (sem conteúdo), e ao espaço sem lugar.

A seguirmos pensando o projeto de Arquitetura e Urbanismo dessa maneira seremos presa fácil da inteligência artificial, a qual, em termos objetivos, será rapidamente imbatível, pois acumulará quantidades incalculáveis de informação para manobrar múltiplas ‘probabilidades’ de espaço, forma, tipos, programas, uso e combinação de materiais. No entanto, em termos subjetivos, a IA ainda vai demorar a superar as ‘possibilidades’ humanas e, por fim, no mundo da intersubjetividade, talvez, jamais consiga entrar.

O brilho das torres retorcidas das vedetes da arquitetura remete a um tipo de autenticidade inautêntica que ofusca a autenticidade autêntica que está na beleza de projetar na experiência intersubjetiva, na descoberta, no ‘mergulho no mundo’ que é projetar-com. Assim, sem deixar de reconhecer as maravilhas da técnica, pode-se tentar fazer o caminho ao contrário da correnteza, e compreender que o ser-no-mundo, que sou sempre eu, só se completa, em sua plenitude, quando inserido de corpo e alma no ‘ambi-ente’, ‘com-os-outros’ e no modo do cuidado.

Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARNHEIM, Rudolf. **Intuição e Intelecto na Arte**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- GORNER, Paul. **Ser e Tempo: Uma chave de leitura**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2017.
- HEIDEGGER, Martin. **Conferências e Escritos Filosóficos**. Tradução de Ernildo Stein. São Paulo: Abril, 1973.
- HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e Conferências**. Tradução de Emmanuel C. Leão, Gilvan Fogel, Márcia Sá Cavalcante. Petrópolis: Vozes, 2018.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Tradução de Marcia Cavalcante. Petrópolis: Vozes, 2001.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Saraiva, 2011.

RUSKIN, J. **As Pedras de Veneza**. Tradução de Luiz Eduardo L. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvo o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma **online** a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 08/10/2022

Aprovado em 07/06/2023